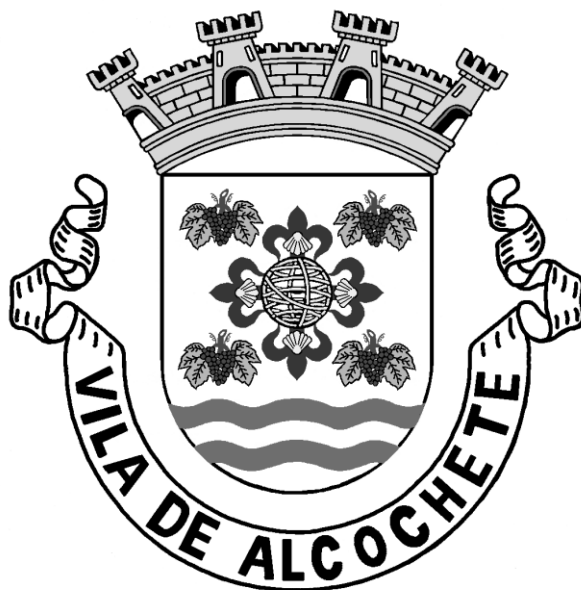




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03 /17

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 28 DE
DEZEMBRO DE 2017**

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida por Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Bruno José Pereira Soares, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro e Ricardo Alexandre Gomes Loureiro.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Rodolfo Soares Marques Pereira, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Susana Isabel Marques Pereira Maia, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo e Olívia Maria Nobre Mateus da Silva.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, Ana Mafalda Boieiro Marques e João Ricardo Figueiredo Lopes.

Pelo Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista e Francisco Maria Viseu Gomes da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete; Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, **ao abrigo da alínea c) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal**, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão as seguintes atas:

- Ata da sessão ordinária de 15 de setembro de 2017:

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

- Ata da sessão ordinária de 23 de outubro de 2017:

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

- Ata da sessão extraordinária de 29 de novembro de 2017:

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Ao abrigo da alínea d) do artigo 17.º do regimento, usaram da palavra os seguintes deputados:

- Olívia Silva, para informar da posição da bancada da CDU face à ausência da Câmara, do presidente da Assembleia Municipal e do presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco no XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se realizou em Portimão no dia 9 de dezembro de 2017. O documento fica anexo a esta ata como Doc 1.

- Henrique da Câmara:

A propósito do ponto 5 da sessão extraordinária da Assembleia de 29 de novembro último (Designação de 4 representantes da Assembleia Municipal para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), apresentou em nome da bancada da CDU um requerimento, que fica anexo a esta ata como Doc 2.

Questionou se o prazo da obra de ampliação da escola da Restauração está a ser cumprido? Estão as obras a decorrer normalmente? A substituição da atual cobertura irá ser substituída e se sim quando ocorrerá a remoção?

De seguida e em nome da bancada do PPD/PSD, apresentou um requerimento referente às despesas efetuadas pelo Município desde o início do ano e até à tomada de posse do atual executivo, que fica anexo a esta ata como Doc 3.

- Francisco Gomes:

Questionou qual o prazo exatável para resolução da situação do Albergue da Juventude? Com o seu encerramento, como pode ser alugado o campo de ténis?

Relativamente a uma proposta da bancada já no anterior mandato – Conselho Municipal de Juventude – considera que estão reunidas condições para proceder à sua constituição, tanto mais que também era uma proposta do PS na campanha eleitoral, para além de que Alcochete é um dos concelhos do distrito de Setúbal com mais jovens.

- Carla Pereira:

Face à informação prestada na reunião de Câmara de 19 de dezembro que dava conta da existência de mais de um milhão de euros em dívida de faturas de consumo de água não pagas, questionou quanto poderia baixar o valor da água a pagar pelos munícipes se não existissem as dívidas, tanto mais que estas contam para o cálculo do valor a pagar?

- Sérgio Simões:

Referiu que as obras à envolvente do empreendimento “Praia do Sal” se encontram praticamente em fase de conclusão, contudo as da envolvente ao Fórum Cultural não têm ligação nem concordância com a mesma, pelo que questiona se as obras irão ser executadas e por quem?

- Ana Lúcia Felgueira:

Afirmou que na mesma reunião de Câmara foi referido a existência de um processo judicial interposto pelo empresário da Praça de Toiros de Alcochete contra a Câmara de Alcochete, pelo que gostaria de saber a que diz respeito a dívida.

- Ana Luísa Lourenço:

Solicitou:

Ponto de situação relativo à colocação de novo Multibanco na localidade de S. Francisco, tendo em conta que se registou um assalto a este equipamento há já alguns meses;

Qual o valor afeto à realização do Mercado de Natal e desse valor qual foi a parte financiada, dado que em anteriores edições eram feitas candidaturas ao IEFP. Face a isso, foi no presente desenvolvido o mesmo procedimento?

O presidente da Assembleia Municipal, sucintamente, afirmou:

Tem um entendimento diferente do da deputada Olívia Silva em relação ao Congresso da ANMP. Não lhe dá a mesma relevância e referiu que se a deputada verificasse a Ordem de Trabalhos do Congresso, verificaria que todos os temas representavam apenas 10% dos trabalhos e o restante destinava-se a eleger os novos órgãos.

O Congresso não é gratuito e a inscrição custava €500,00/pessoa á autarquia e esta não nada em dinheiro. Há que maximizar os recursos e esta prática é concordante com a sua formação profissional.

Entende ainda que a Assembleia não foi desrespeitada, havendo na sua opinião coisas que a desrespeitam mais. Quanto à relevância dos pontos discutidos no Congresso faz suas as palavras do presidente da Câmara sobre o assunto.

Em relação ao solicitado por Henrique da Câmara no requerimento apresentado, solicitou que seja extraída uma certidão da gravação do que foi dito na sessão sobre o assunto, porque nada daquilo que é afirmado é o que foi dito por si.

Quanto a não ser possível substituir os deputados eleitos para a CPCJ, referiu um parecer do prof. Paulo Macedo, o qual refere “... que pode a Assembleia tirar a confiança às pessoas eleitas e substituí-las.”

Face às dúvidas levantadas, irá solicitar parecer jurídico sobre a matéria.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Rodolfo Pereira, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Condenação do reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como capital de Israel”.

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Luiz Batista:

Afirmou que já era tempo de este tipo de moções deixarem de estar presentes na Assembleia Municipal, porque não se adianta nada discutir aqui este tipo de coisas, quando há tantas coisas sobre Alcochete que merecem discussão. Portugal, através da afirmação do Ministro dos Negócios Estrangeiros terá a sua embaixada em Jerusalém, no dia em que a Palestina também tiver como capital Jerusalém e é o que importa.

- Fábio Bernardo:

Lembrou que não é a primeira vez que o anterior deputado tem aversão a ver serem discutidos assuntos políticos na Assembleia, porém esta é o órgão político por excelência para o seu debate. Entende que a tomada de posição é importante, porque afinal partilhamos o mundo e aproveitou para recordar como se constituiu o Estado de Israel e as posições adotadas pelos Estados Unidos da América (veja-se a última na Assembleia Geral da ONU) que poderão vir a contribuir com o seu forte poderio militar para por fim à existência de um Estado Palestiniano.

- Álvaro Costa:

Entende que o assunto também diz respeito a Alcochete. Este é um concelho que faz parte do país que faz parte de um Estado, logo tudo nos abrange. Este é um princípio definido na alínea f) do artigo 17.º do regimento: apresentam-se assuntos, debatem-se dando cada um a sua opinião e depois votam-se. Amordaçarem para não se poder abordar estes assuntos, isso não!

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 5 abstenções (CDS-PP e PPD/PSD).

- Henrique da Câmara, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Autoeuropa”.

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- João Lopes:

Por experiência pessoal porque trabalhou na empresa, entende que o problema não é uma questão partidária. Atente-se que a empresa está há mais de 25 anos em Portugal e durante tempo significativo teve paz laboral porque a Comissão de Trabalhadores liderada pelo senhor Chora que é do Bloco de Esquerda era coerente e é o que hoje faz falta na empresa e não a atuação que se vê agora.

Percebe que um partido como o PCP defende os valores que defende, mas não pode ser complacente com esta situação que tem a ver com questões pequenas e mesquinhas que não levam a lado nenhum uma empresa que é tão importante para o país.

- Alexandre Gonçalves:

Referiu ser indiscutível a importância da empresa não só para o contributo que dá para o PIB nacional, mas também a nível regional porque se encontra implantada no nosso distrito e porque dá emprego a um número muito considerável de pessoas que vivem no concelho. Não é a favor de qualquer tipo de imposição ou exploração por parte de entidades patronais, são sim, defensores de um capitalismo não selvagem nem explorador das pessoas que trabalham.

Na sua opinião, a bancada da CDU pretende é chegar à alteração de uma Lei - Código do Trabalho – que existe e tem que ser cumprida. Porém, se se ficar à espera desta alteração, certamente o resultado será a deslocalização que tanto condenam e as consequências que daí advirão para os trabalhadores e suas famílias, antes gostariam, de ver da parte da CDU e dos partidos que a compõem (até pela proximidade que têm com o Governo deste país) que tivessem envidado esforços para que o Governo interviesse junto da empresa e dos trabalhadores para resolver a situação.

- Luiz Batista:

Complementando os deputados do CDS-PP, referiu que se a Lei do Código de Trabalho fosse tão mal feita o Governo com a influência do PCP já a teria mudado e lembrou que a deslocalização não é assim tão imaginária (pode não acontecer com o atual modelo, mas no futuro pode acontecer e explicou porque).

Entende também, que politizar relações laborais não faz sentido neste fórum.

- Álvaro Costa:

Frisou que o objetivo da moção não se enquadra em muito do que foi afirmado pelos deputados do CDS e do PSD, mas entende a sua posição. O objetivo é o de reforçar (concordando com o que os trabalhadores exigem em termos das condições de trabalho, que tentam alterar, incluindo horários e retribuições). Tudo o que se passa na Autoeuropa não é feito no exterior, mas sim em plenários onde milhares participam e tomam decisões. A CDU está com a defesa dos interesses dos trabalhadores e apoia as decisões que aprovam.

- Fábio Bernardo:

Considerou legítimo que os trabalhadores se unam na defesa dos seus interesses, porque os horários propostos pela empresa vem dificultar a vida das famílias e é justo que queiram ser remunerados pelo trabalho ao sábado e ao domingo como até aqui.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 10 votos a favor (CDU) 9 abstenções (PS e PPD-PSD) e 5 votos contra (CDS-PP e 2 membros da Mesa).

Mário Manuel Catalão Boieiro fez declaração de voto, que fica anexa a esta ata como Doc 4.

O presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração da Assembleia Municipal que o ponto 3 da Ordem do Dia passasse para último ponto, o que foi aceite.

O presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

O presidente da Câmara, sucintamente, afirmou:

Quanto às ausências no Congresso da ANMP entende que o esclarecimento prestado pelo presidente da Assembleia é transversal e equitativo com a sua opinião e a do presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

O executivo é completamente novo e tomou uma decisão transversal a todos os envolvidos, porque existiam situações mais periclitantes, mais urgentes que requeriam a presença de todos aqui, em detrimento de estarem ausentes um ou dois dias. Mais importante é organizar aquilo que está desorganizado, nomeadamente a Câmara Municipal. Com esta ausência foram poupadas algumas centenas de euros aos cofres do erário público que tem sido tão mal tratado nos últimos tempos.

- João Santos:

Afirmou que aceitou a decisão do presidente da Câmara.

- Pedro Ferreira:

Não concordou com a posição do presidente da Câmara, presidente da Assembleia e presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco. Considera as ausências uma desconsideração para com a ANMP e ainda que as matérias em discussão são importantes para os municípios, desde logo os temas relativos ao “Portugal 2020”, no caso de a Câmara querer continuar a apresentar candidaturas.

As justificações parecem-lhe desculpas esfarrapadas, porque se era esta a opção, então porque foi colocado o ponto para deliberação na sessão extraordinária desta Assembleia?

- Luiz Batista:

Considerou que a representação é importante independentemente do teor da Ordem de Trabalhos. Lembrou que também a realização de uma Assembleia extraordinária tem custos para o município.

- Presidente da Assembleia:

Explicou o prazo para as inscrições no Congresso.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que jamais desvalorizou a importância dos temas, o que desvalorizou foi a importância das suas presenças reforçando que a Lei não obriga à presença no Congresso.

Em relação à escola da Restauração, lembrou que o Auto de Consignação foi assinado no dia 25 de outubro. A obra tem o prazo de cinco meses e começou a contar a partir da data da assinatura deste. A escola não tem nenhuma placa de fibrocimento e as existentes estão a ser isoladas devido a problemas de infiltração.

O estudo de opinião ascendeu a mais de €12 500,00, liquidados em duas faturas. O estudo não se encontrava em nenhum serviço da autarquia pelo que foi solicitada uma segunda via do mesmo. Trata-se de estudos relativos à gestão autárquica e à avaliação dos serviços camarários e das iniciativas da Câmara. Contem dados muito interessantes e lamentou que o mesmo tenha ficado na gaveta de alguém e não tenha chegado aos serviços competentes para se poder retificar o que de menos correto o estudo aponta.

Em resposta a Francisco Gomes informou que o Albergue da Juventude foi, é e continuará a ser emblemático no concelho, porque tem motivo de utilização que praticamente em todo o distrito não existe. Este equipamento (e outros) ao longo dos últimos anos nunca sofreu nenhuma requalificação. Após visita ao local, foram solicitados relatórios aos técnicos da Câmara e com base nestes foi decidido encerrá-lo, dado apresentar sinais de falta de segurança para os utentes e para os funcionários. Em relação a estes e com a sua concordância foram encontradas alternativas para a prestação de funções.

O sistema de aluguer do campo de ténis continua assegurado no pavilhão desportivo.

Aguardam orçamento para esta obra e depois refletir as verbas em orçamento.

A criação do Conselho Municipal da Juventude é uma proposta transversal do PS e embora não conste nos documentos apresentados nesta sessão, não é um assunto esquecido. Agradeceu os contributos do PSD e da CDU e haverá oportunidade de trabalhar em conjunto na criação, desenvolvimento e sustentabilidade do órgão.

Para esclarecimento dos valores em dívida referentes ao consumo de água, com a autorização do presidente, o vereador Pedro Lavrado afirmou que a Câmara é credora de cerca de um milhão de euros e a dívida tem vindo a aumentar. O cálculo da tarifa é

complexo e por isso não pode afirmar se a dívida reduzisse baixaria o valor a pagar pelos munícipes, embora lhe queira parecer que sim.

Referiu ainda, que no dia 21 de julho, os serviços de água e saneamento receberam ordens superiores para que fossem cancelados os pré-avisos de corte de água aos consumidores e apenas no dia 23 de outubro é que a ordem foi levantada. Esta situação levou a que nos últimos três meses a dívida tenha aumentado cerca de 74 mil euros, o que perfaz 40% do total da dívida do ano em apenas três meses. Beneficiaram-se desta forma os prevaricadores em detrimento dos cumpridores.

A equipa que procede aos cortes irá ser reforçada e têm estado e vão continuar a ser enviadas dívidas para execução fiscal. Há cerca de um milhão em dívidas já incobráveis, porém envidarão esforços no sentido de não prejudicar no futuro os consumidores.

Após esta intervenção, o presidente da Câmara retomou os seus esclarecimentos, dizendo quanto ao espaço envolvente ao Fórum Cultural, que a Câmara já reuniu duas vezes com os promotores do projeto imobiliário “Praia de Sal”, mostrando a Câmara, na primeira reunião, a sua preocupação quando seriam alvo de atenção as obras da envolvente do Fórum, dado existir um desnível de quota. A preocupação é tanto maior, dado se estar no inverno e poder obviamente chover o que causaria sérios transtornos. Porém, os promotores alegaram que das reuniões havidas com o anterior executivo nunca este assunto foi abordado, o que confirmou posteriormente junto dos Serviços da Câmara através das atas.

Na segunda reunião, este executivo começou a desenvolver essa pressão, embora com dificuldade em exigir o que quer que seja, mas porque se está a falar com pessoas de bem, existe o compromisso já assumido por parte dos promotores para que no início de 2018 possa haver uma terceira reunião para se perceber o que será possível fazer para dar dignidade ao espaço.

Os processos em tribunal, colocados por terceiros são vários e todos por falta de pagamento e alguns com gravidade mais acentuada que outros. A dívida contestada pela empresa Toiros & Tauromaquia não é reconhecida pela Câmara porque não existe nenhum documento de serviço prestado a esta empresa, pelo que se irá aguardar pelo seu desfecho.

Em relação ao assalto ao multibanco em S. Francisco, deslocou-se ao local no imediato e solicitou um relatório sobre os danos no edifício provocados pela explosão, verificando-se que o mesmo não foi afetado. A obra de reparação já está efetuada e aguardam resposta do banco Santander *Totta* que é quem detem o multibanco para repor o serviço.

O Mercado de Natal teve apenas um custo de €625,00 que foi praticamente entregue à Associação GilTeatro pela prestação de animação no local. Mais esclareceu não ter havido tempo para apresentar candidatura.

- João Santos:

Corroborou as palavras do presidente da Câmara relativamente ao assalto ao Multibanco e informou que existe um protocolo entre a Junta de Freguesia de S. Francisco e o banco Santander Totta e só aguardam que deste digam sim ou não à sua permanência.

- Ana Lúcia Felgueira:

Considerou estranho o caso do processo da empresa Toiros & Tauromaquia. Supostamente terá havido acordo verbal para realização de duas corridas do município patrocinadas pela autarquia e na qual estiveram presentes eleitos.

- Álvaro Costa:

Lamentou profundamente (e não se trata de opinião pessoal) as intervenções relativas ao Congresso da ANMP, porque o presidente da Assembleia o representa também. O presidente da Câmara representa o município e todos os munícipes, daí que a todas as responsabilidades na base dos cargos que têm e são exigidas em termos institucionais não podem dizer: não me apetece!

Preferia que tivessem sido frontais na sessão extraordinária da Assembleia informando que não tinham disponibilidade para se deslocarem. Considerou absurdo desvalorizar o Congresso e a participação deste concelho, no qual se poderia intervir e escolher os nossos representantes, pelo que lhe parece tudo irreal. A forma e o procedimento não foram os corretos e as justificações por questões financeiras ainda as considerou mais absurdas, correndo até o risco de qualquer dia ao que for decidido na Assembleia, os órgãos executivos decidirem que não se faz. O que foi feito não volta atrás, mas lembrou que é necessário haver mais humildade.

O anterior fez o que foi possível fazer e em relação aos processos em tribunal espera que o executivo defenda os interesses do concelho. Para além da dívida que é importante, importa também se existiram deliberações dos órgãos e em caso negativo pergunta como pode existir dívida?

- Henrique da Câmara:

Ainda a propósito da CPCJ reiterou que os comissários só poderão ser substituídos a pedido da CPCJ e não deve haver confusão entre representante do município e representantes designados pela Assembleia. O representante do município será este a substituí-lo e não tem de haver pedido da CPCJ.

Mais salientou que em relação ao aludido *mail* apenas querem ver esclarecido em nome da verdade e da transparência quem está a mentir.

- Presidente da Assembleia:

Em resposta, frisou que se acham que a forma como atua é desprestigiante para a Assembleia, então atuem em conformidade.

- Presidente da Câmara:

Reiterou que faz suas as palavras do presidente da Assembleia no que diz respeito ao Congresso e não iria tecer comentários adicionais ao que foi dito pelo deputado Álvaro. Este já tem muitos anos de vida política local e do tempo que tem e vasta experiência permitia-lhe ter mais cuidado na forma como abordou os temas no que diz respeito à segunda parte da sua intervenção.

Rigor e transparência são adjetivos que caracterizam este executivo.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registou-se a intervenção do senhor Jerónimo Cachimbo, que afirmou que a Câmara e a Assembleia são os responsáveis para que Alcochete seja a vila mais bonita e apreciada da margem sul do Tejo.

Questionou qual foi a herança económica que a Câmara recebeu?

O presidente da Câmara informou que no que concerne ao valor em dívida, incluindo neste os valores resultantes do curto, médio e longo prazo, são ao momento de nove milhões, oitocentos mil oitocentos e dez euros e quarenta e um cêntimos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Colocado à discussão registaram-se entre outras as seguintes intervenções:

- Pedro Ferreira propôs duas retificações: na atividade do presidente da Câmara no período que é concedido pela Lei (licença parental) refere que esteve presente em representação da Câmara na Associação dos Bombeiros Voluntários de Alcochete e ainda em outras e em dezembro não está mencionado a presença do presidente na cerimónia do aniversário da elevação do Samouco à categoria de vila.

Em relação à situação financeira, solicitou que fosse melhor explanada relativamente à informação prestada ao público.

O presidente começou por afirmar que existem dois adjetivos que o irão caracterizar ao longo do mandato: rigor e transparência e por isso esclareceu:

- A dívida a curto, médio e longo prazo ascende a € 9 800 000,00 e está dividida da seguinte forma: a médio prazo mais ou menos €5 500 000,00 e a curto prazo €5 473 787,93.

A este valor acresce €811 290,86 contabilizado desde 2013 na rubrica de previsões que é um valor inerente á dívida à Simarsul, sendo que no total perfaz €9 800 810,40.

Como nota adicional, informou que na passada semana o saldo de tesouraria era de €4 388 393,79. Este valor contemplava um valor de €1 214 346,58 consignado a garantias bancárias acionadas pelo município (urbanizações do Alto do Castelo e do Cerradinho da Praia, urbanização do largo do Troino e conjunto habitacional da Lagoa do Láparo).

- Álvaro Costa:

Face à informação, realçou que em termos económicos e financeiros, neste momento, a Câmara, tendo em conta as receitas próprias provenientes dos impostos conjuntamente com os duodécimos que advêm do Orçamento do Estado (lamentando não serem as transferências corretas), cobre em condições normais os custos mensais para cumprir e amortizar a dívida. A autarquia nunca deixará de ter dívida porque para tal teria que ter capitais próprios e o trabalho autárquico é sempre um trabalho inacabado. Em 2017 o município tem capacidade de endividamento de 11 milhões e não utilizou um cêntimo até aqui.

- Presidente da Câmara:

Considerou ser sempre melhor ter um saldo de tesouraria de €3 300 000,00 do que não ter. Contudo, frisou que o objetivo do executivo será o de fazer investimento e não estar apenas a fazer a gestão corrente e diminuir a dívida. Quando se fala em números eles valem o que valem, porque agregado a estes estão determinados rácios de solvabilidade, entre outros, que podem ser motivo impeditivo de recorrer á Banca para obtenção de financiamento.

PONTO 2 – ELEIÇÃO DE 3 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR

Submetido à discussão, Álvaro Costa propôs a retificação ao título do ponto para: “Designação de 3 elementos para o Conselho Fiscal da Fundação João Gonçalves Júnior”, de acordo com a legislação em vigor, no que foi corroborado por Pedro Ferreira.

O presidente da Assembleia esclareceu que o conceito jurídico para o que está em debate é eleição, mas o deputado Álvaro Costa rebateu que se trata de designação e não de eleição.

- Luiz Batista:

Informou ter dificuldade em nomear/designar/votar ou o que seja, por não ter informação suficiente sobre o assunto para o fazer, apesar de os atuais Estatutos terem sido disponibilizados. Mais referiu, que os Estatutos da Fundação foram aprovados em 18.8.2015, logo, em 2017, está-se numa ilegalidade porque não foi dado cumprimento aos mesmos.

- Pedro Ferreira:

Entende que o artigo 24.º dos estatutos é claro, podendo inclusive os membros designados não serem membros da Assembleia, pelo que o título do ponto deve ser corrigido.

- Álvaro Costa:

Esclareceu que a alteração decorre da Lei que rege as instituições de solidariedade social e a que rege as Fundações.

Acrescentou ainda em resposta ao presidente da Assembleia, que os atuais membros terminaram o mandato em agosto último e o processo de designação da nova Direção foi desenvolvido enviando a documentação a todos os órgãos autárquicos. Certamente da parte destes foi entendido que como se estava a um mês das eleições autárquicas não designaram os seus membros, estando os atuais a aguardar as novas designações. Com a designação inicia-se um novo mandato de 3 anos.

O presidente da Assembleia solicitou aos grupos parlamentares que designassem os nomes, tendo Ricardo Loureiro, pelo PS, apresentado uma lista (lista A), com a seguinte composição:

- Mário Manuel Catalão Boieiro
- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro
- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves

Infante da Câmara, pela CDU, apresentou uma lista (lista B), com a seguinte composição:

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço
- Rodolfo Soares Marques Pereira
- Luiz Branco Batista

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- Lista A: 12 votos
- Lista B: 12 votos

Verificando-se empate, procedeu-se a nova votação, tendo sido obtido o seguinte resultado:

- Lista A: 12 votos
- Lista B: 12 votos

Persistindo o empate, o assunto será agendado em próxima sessão.

PONTO 4 – LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2018

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

A proposta apresentada para além de manter a taxa de 0,5%, tem também um fim determinado, que é ser recetivo à implementação de novas empresas, (isentando as que se instalaram durante o ano de 2017) que queiram vir para o concelho aumentando assim a empregabilidade. Mais e melhor poderá vir a ser feito, mas este é o primeiro orçamento, mas mesmo assim não deixa de dar sinais da disponibilidade que terá, se os critérios de rigor e transparência no exercício das funções se mantiverem.

- Alexandre Gonçalves:

Lamentou que o CDS-PP não tivesse sido chamado a contribuir para o Orçamento e para as Grandes Opções do Plano, nem para o cálculo destas taxas. Apesar do contratempo darão o seu contributo nesta sessão.

Compreendem as explicações do presidente da Câmara mas esperavam mais, nomeadamente em duas vertentes: - no incentivo às empresas existentes no concelho, tendo como objetivo a consolidação do tecido empresarial e o de captar novos investimentos e novas empresas para o concelho.

- Luiz Batista:

Congratulou-se com o facto de ter sido acolhida pela primeira vez uma proposta do PSD. Apesar de ter recebido a convocatória para cumprimento do Estatuto da Oposição já muito próximo da data da reunião, apresentaram propostas embora não tenham sido todas acolhidas.

Na sua opinião, a isenção referida na alínea b) é um pequeno sinal que deverá ser incrementado com outras medidas no próximo ano.

- Presidente da Câmara:

Retificou o deputado Alexandre Gonçalves, dizendo que apenas foi cumprida a Lei e esta, o que indica é estando o CDS-PP representado no executivo municipal, não há por esse facto reserva de partilha nesta matéria.

Este executivo tentará sempre dentro do possível acolher as várias propostas. É a sua forma de estar na democracia.

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade

Carla Pereira fez declaração de voto em nome do PS.(Anexo à Minuta da Ata como Doc.2)

A proposta fica anexa à Minuta da Ata como Doc 1.

PONTO 5. TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), A COBRAR NO ANO DE 2018 / DELIMITAÇÃO DOS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, OBJETO DE OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO / FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMI E SITUAÇÕES DE RESPECTIVA MAJORAÇÃO, REDUÇÃO E ISENÇÃO PARA OS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALCOCHETE / FIXAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMT PARA A PRIMEIRA TRANSMISSÃO DE PRÉDIOS RECUPERADOS NOS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALCOCHETE

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Afirmou que o executivo neste tema tem o mesmo conceito e a mesma postura que no anterior ponto e explicou todas as taxas constantes da proposta.

A redução de 0,45% para 0,445% implica que a autarquia deixará de estar enquadrada nas que aplicam taxa máxima.

Disse também, que a Câmara ainda equacionou poder aplicar o IMI Familiar, bem como a redução de 0,445% para 0,443% mas tal seria uma afetação significativa superior a três vezes mais o valor que agora afeta nesta receita. O IMI Familiar não seria um benefício abrangente, contudo, não colocam de parte o assunto.

- Luiz Batista:

Discordou do presidente da Câmara, dizendo que quando o povo de Alcochete deu o sentido de mudança, fê-lo para que se façam coisas diferentes, para além da ligeira alteração proposta.

Reconhece que é o primeiro orçamento, mas às vezes é preciso ter coragem para aplicar as medidas e a política também se faz com coragem. Dá nota positiva aos benefícios das ARU das freguesias. A Câmara apresenta uma maquilhagem envergonhada porque a tira das 27, mas ficam muito escondidos os 0,005% porque não representam coisa nenhuma.

Questionou também o seguinte: O executivo espera ou não ter uma receita maior de IMI face à do ano anterior? Há ou não o fim de algumas isenções? Tem ou não impacto o empreendimento “Terra de Sal”?

Durante a discussão do ponto, por proposta do presidente da Assembleia Municipal, foi deliberado prorrogar os trabalhos para além da hora regimental.

- Presidente da Câmara:

Considerou despropositado Luiz Batista chamar a um sinal positivo maquilhagem. Isso é o que até aqui tem sido apresentado em função quer dos equipamentos que se encontram completamente degradados quer da falta de máquinas para o trabalho e tantas outras coisas. Não se penalizam as famílias, apenas se lhes pede que para desenvolver trabalho é necessário ter receitas.

- Pedro Ferreira:

Lembrou quanto à dívida à Simarsul que é bom que se diga, que se a Câmara for julgada também poderá não o ser. Ainda assim no pior cenário, a dívida não deve ser de curto prazo e o que outras câmaras fizeram foi acordos de pagamento. Isto sim é que lhe parece ser maquilhagem porque se está a tentar passar que se a Câmara for condenada terá que pagar logo a dívida toda.

- Presidente da Câmara:

Recordou a Pedro Ferreira que até hoje, a Câmara nunca tentou protocolar um acordo de pagamento relativamente à Simarsul. Não reconhece a dívida na sua totalidade mas reconhece 60% o que ainda assim, com a redução fica um valor preocupante. Lembrou a Lei 114/14, colocada em prática em 2015 e as coimas que poderão ser aplicadas à Câmara se não fizer pagamentos por conta dos 50% do valor da dívida.

No seguimento da discussão, quer o deputado Álvaro Costa quer o presidente da Câmara, esclareceram o que levou à formação da dívida à Simarsul, afirmando o último que irá ser feito um esforço financeiro para se começar a pagar os tais 50% da dívida (um milhão de euros sensivelmente).

Com a permissão do presidente da Câmara e do presidente da Assembleia o vereador José Luís Alfélua usou da palavra para acusar o presidente da Câmara de repetidamente fazer de Alcochete um concelho catastrófico, quando à vista do cidadão comum, é um dos concelhos mais apetecíveis.

Salientou que a dívida da Câmara a curto, médio e longo prazo é uma realidade confortável, que foi deixada ao atual executivo, sendo muito melhor que a que a CDU recebeu do PS. Quando a CDU saiu, o pagamento aos fornecedores estava a ser feito a 30 dias, com exceção da Simarsul.

O atual executivo mantém os mesmos impostos, com uma pequena exceção no IMI que reduziu uma ninharia.

Quanto à Simarsul rematou dizendo que aquilo que a CDU não conseguiu fazer que o faça o atual executivo o mais rapidamente possível, sendo que o assunto está em Tribunal e será este a decidir.

- Presidente da Câmara:

Entende que o que o vereador José Luís afirmou é porque está convicto que desempenhou o melhor que sabia e que pode. Porém o vereador entendeu mal, porque não é uma crítica, apenas é a constatação de factos. Apesar de afirmar que a situação

financeira é confortável, a verdade, são os números já por si anteriormente descritos, deixando ao atual executivo um legado dantesco.

Recordou ao vereador, que pode usar da palavra na Assembleia sem ninguém obstaculizar e isto é liberdade de expressão, contrariamente ao que acontecia em anteriores Assembleias de maioria CDU.

Colocada à votação, foi aprovado por maioria, com 22 votos a favor (PS, CDU e CDS-PP) e 2 abstenções (PPD-PSD).

Carla Pereira fez declaração de voto em nome do PS. (Anexo à Minuta como Doc.4).

A proposta fica anexa à Minuta da Ata como Doc.3.

PONTO 6. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAR COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Submetido à discussão, o presidente da Câmara referiu tratar-se de um ato de gestão corrente.

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

A proposta fica anexa à Minuta da Ata como Doc.4.

PONTO 7. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2019

Submetida á discussão, o presidente da Câmara esclareceu que se trata de um contributo importante em termos de receita.

Luiz Batista referiu que ainda equacionou que a Câmara apresentaria uma proposta de diminuição, ou seja, que a Câmara abdicaria a favor dos municípios de uma componente dos 5%, porque os municípios têm a faculdade de o fazer, e assim aliviava a enorme carga de impostos que as pessoas têm.

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Natacha Patinha em nome da CDU, fez declaração de voto relativamente aos pontos 4,5 e 7. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 6).

A proposta fica anexa à Minuta da Ata como Doc.5.

PONTO 8 . ENCARGOS COM “OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB/JI DA RESTAURAÇÃO – PROC.º N.º I-01/17 – CONTRATO N.º 321 (2017, 2018) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Submetida á discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

A proposta fica anexa à Minuta da Ata como Doc.7.

PONTO 3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA OS ANOS DE 2018-2021, ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018

Submetido á discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Afirmou que apesar do pouco tempo para a execução e apresentação deste documento, se trata de um documento possível, de solução sólida, apoiado pelos contributos da CDU, PSD e do CDS, este último pela intervenção do vereador Vasco Pinto no executivo. Reflete o que é a situação financeira da autarquia e estimativas para o futuro. Destacou o papel preponderante dos colaboradores da Câmara na execução de um documento que sustenta a razão da existência para desenvolver tão nobre arte que é a de servir as pessoas.

De seguida, sucintamente entre outras, destacou:

- Diminuição de despesas com Pessoal, apesar da estimativa resultar num acréscimo de 55 mil euros devido ao descongelamento das carreiras dos funcionários;
- Acrescenta-se o valor a atribuir aos Bombeiros para 40 000,00 anuais e mantêm-se os apoios às coletividades.
- Serão executados Acordos de Execução com as juntas de freguesia assim que for possível. Não são aumentados os valores financeiros, mas a Alcochete e a Samouco são retiradas responsabilidades que passam para a Câmara. Em S. Francisco verificar-se-á o inverso.

Em termos de investimento, a recuperação do Albergue da Juventude é prioritário bem como algumas partes do Estaleiro Municipal e o espaço afeto ao Canil.

Na área da Educação: Acompanhamento da requalificação da escola da Restauração; requalificação da escola do Valbom com recurso a financiamento; requalificação do jardim- de- infância do Passil e do parque infantil.

- Tentar concluir o PDM, sob pena de a Câmara poder vir a perder a oportunidade de concorrer aos Fundos Comunitários, nos próximos 2 a 3 anos.
- Acompanhar as obras de requalificação do Miradouro “Amália Rodrigues” que terão início no primeiro trimestre de 2018.
- Dar continuidade à requalificação das ruas António Maria Cardoso e Francisco Diogo, assim como da rampa de acesso à Câmara para cidadãos com mobilidade reduzida.
- Dar continuidade à concretização do furo da Fonte da Senhora e à ligação da iluminação pública no parque de merendas da localidade.
- Submeter candidatura para requalificação do espaço público – Coophabital e polidesportivo do Valbom e espaço adjacente.

- Proceder à requalificação do palco e da sua cobertura na praça 1.º de Maio em, em S. Francisco.
- Aquisição de equipamento para o Fórum Cultural de Alcochete: aparelhagem e ar condicionado.
- Proceder à requalificação do pavilhão e campo de futebol do Samouco e do desportivo de S. Francisco.
- Projeto “Bicla” para Alcochete.
- Proceder à repavimentação da rua da Pacheca, em S. Francisco.
- Manutenção de caminhos agrícolas.
- Adquirir viatura para recolha de resíduos sólidos e para desinfeção das praias.

- Luiz Batista:

Referiu que a requalificação da escola do Valbom tem alocado em orçamento 1 600 000,00 euros como responsabilidade da Câmara, mas entende que uma parte desta verba será elegível, pelo que poderia ser utilizada noutras coisas, nomeadamente servir para descer impostos.

Considera que a rubrica “Outros” serve para criar almofadas que ficam escondidas porque não se sabe o que são, é um orçamento escondido, dando como exemplo a rubrica com o código 01.07.02.225 “Outros trabalhos especializados” com o valor de €1 130 100,00 euros. Solicita que em futuros orçamentos isto seja corrigido, no sentido de ficar claro para onde vai o dinheiro e onde é que é gasto.

- Pedro Ferreira:

Congratulou-se com o facto de ver contemplado um projeto para o Samouco que era intenção da CDU.

Considera muito diminuto o valor atribuído para a Câmara proceder à requalificação das infraestruturas desportivas no Samouco (pavilhão e campo de futebol) e ainda o ringue de S. Francisco, lembrando que inicialmente só para o Samouco estava estimada a verba de €300 000,00 e agora para as duas localidades passa para €150 000,00.

Em relação aos Acordos de Execução com as juntas de freguesia e de acordo com a reunião havida para cumprimento do Estatuto da Oposição, as verbas teriam apenas arredondamentos €, contudo o presidente da câmara deixava em aberto que durante 2018 e anos subsequentes o Acordo possa ser revisto, com o que concordou. Porém, no documento em apreciação nesta sessão ~~que~~ e no caso da Junta de Freguesia de S. Francisco não se fez um pequeno arredondamento, mas sim um aumento de €2 500,00 (pelo qual manifestou o seu agrado) questionando no entanto, a que se deve esta alteração que é demonstrativa de falta de equidade.

- Natacha Patinha:

O valor inscrito para aquisição de equipamento para o furo de captação de água na Fonte da Senhora parece-lhe muito baixo (€1 000,00).

Solicitou esclarecimento, relativamente a um boato que circulava no sentido de que a Câmara teria encetado negociações com a Câmara de Montijo no sentido de esta passar a abastecer de água o Passil e a Fonte da Senhora.

Referiu ainda, que contrariamente ao afirmado pelo presidente da Câmara, as verbas para o Movimento Associativo e para o Desporto desceram, questionando porquê?

Solicitou informação sobre os três troços referente à obra da rua do Láparo, porque tem a informação de que a obra seria um todo. Na obra de requalificação da EN119, que tipo de obra será executada?

- Álvaro Costa:

Entende que a decisão de colocar os assuntos nos documentos presentes, são fundamentalmente de carácter político, daí lamentar que não esteja prevista uma obra que considera estruturante na vila de Alcochete que é o espaço que medeia a *Freeport*, o largo da Feira e a avenida 5 de outubro. Também a via da Lagoa do Láparo depende fundamentalmente de uma opção política. O Orçamento é elaborado no rácio e nas médias que se podem calcular e tem que ser razoável e credível na distribuição de verbas.

Na sua opinião, os documentos apresentados poderiam ser mais ambiciosos.

- Miriam Boieiro:

Questionou que equipamentos municipais serão de facto objeto de intervenção? Com a verba prevista de €25 000,00 que tipo de requalificação será feita nas obras da escola da Restauração e na do Valbom?

- João Lopes:

Abordou 3 cenários, nomeadamente sobre empreendedorismo, turismo e eventos culturais e desportivos com programação diversificada e abrangente, perguntando que perspetivas tem a Câmara para estes assuntos.

- Ricardo Loureiro:

Face ao Orçamento apresentado e às dificuldades elencadas, em nome da bancada do PS, solicitou o seguinte esclarecimento: Qual é a estratégia ou as principais linhas de ação que o executivo pretende adotar para estabilizar a situação financeira, ou se por outro lado, a estratégia passará por levar ao limite as linhas de crédito?

- Henrique da Câmara:

Lamentou que não esteja contemplada a execução da entrada nascente na vila de Alcochete, a qual seria bastante importante para o turismo e que seria comparticipada com recurso a Fundos Comunitários. Por outro lado, congratulou-se pelo facto de o presidente da Câmara falar na aquisição de diversos equipamentos, porque demonstra que mesmo com pouco dinheiro ainda pode fazer aquisições.

Salientou não ter gostado do tom de voz do presidente da Câmara (não lhe fica bem) quando se dirigiu ao vereador José Luís Alfélua.

- Francisco Gomes:

Foi com agrado que viu o executivo acolher algumas propostas do PSD. Não se revê na totalidade do documento e os sinais apresentados poderiam ter ido mais além.

Referiu que a requalificação do Parque Escolar seria prioritária face à requalificação dos equipamentos desportivos do Samouco e de S. Francisco, apesar de reconhecer a sua utilidade.

Questionou se as bibliotecas terão novos horários num curto espaço de tempo e em especial na época de exames? A estes equipamentos assim como ao Fórum Cultural deveriam ser associadas tecnologia e inovação.

Em relação ao projeto "Bicla" parece-lhe interessante, contudo, questiona em caso de acidentes rodoviários como irá a Câmara salvaguardar-se de responsabilidades?

É com agrado que vê inscrita a requalificação da ligação pedonal entre Alcochete-S-Francisco, porém como apenas estão contemplados €1000,00 não percebe a que se destinam.

A Derrama pode não ser suficiente para atrair novas empresas. Considera importante consolidar a marca "Alcochete" e a aposta em projetos de empreendedorismo e em face disto, questiona qual é o posicionamento da Câmara nesta área?

O PSD apresentou também a proposta dos planos "Wi-Fi" para se poder ter um concelho mais acessível e moderno.

Às questões colocadas, o presidente da Câmara, sucintamente, informou/esclareceu:

- O valor comportado pela Câmara para a obra de requalificação e ampliação da escola da Restauração é de €1 600 000,00. As rubricas "Outros", através de informação prestada pela Chefe da DAGR (Dr.^a Cláudia Santos) é a de que são atividades que estão detalhadas nas Atividades Mais Relevantes, como sejam: recolha e tratamento de efluentes e iluminação pública entre outros.

Esclareceu que na reunião com os presidentes de junta, o primeiro documento apresentado era uma previsão, sujeita a retificação do que teve o cuidado de informar. O valor foi diminuído por questões de ordem orçamental, contudo, não quer dizer que o que consta no orçamento não seja de facto cumprido no que diz respeito à requalificação das infraestruturas desportivas no Samouco e S. Francisco. A partir de abril do próximo ano o orçamento poderá sofrer alterações.

No âmbito dos Acordos de Execução com as juntas de freguesia, a Câmara retirou da alçada da Junta de Freguesia de Alcochete e da de Samouco a limpeza das praias chamando a si essa competência. No entanto e apesar desta alteração a Câmara não diminui as verbas a transferir. Em relação à Junta de Freguesia de S. Francisco foi-lhe

atribuída uma nova competência (manutenção dos aparelhos de ginástica e de duas pontes de madeira) com o consequente aumento de verba.

Em relação ao boato a que se referiu a deputada Natacha Patinha, esclareceu que não existe nenhum acordo, nem nunca falou com o presidente da Câmara Municipal de Montijo sobre o assunto.

O valor de €1 000,00 para aquisição de equipamento para o furo de captação de água na Fonte da Senhora tem a ver com a possibilidade de no furo que irá ser feito não se encontrar água, pelo que se terá que encontrar outra localização para construção do mesmo.

Quanto às verbas para o Movimento Associativo esclareceu que o valor contemplado é o mesmo anteriormente atribuído. A deputada reportou-se ao valor orçamentado o que é diferente. Verificou-se o que é que o Movimento Associativo beneficiou quer no âmbito da Cultura, quer no Desporto em 2017 e ficaram plasmadas no orçamento para 2018 exatamente as mesmas verbas, ou seja, o valor atribuído e não o orçamentado. Em relação às outras verbas, a Chefe da DAGR (Dr.^a Cláudia Santos) informou que têm a ver com a questão do Albergue da Juventude e do Estaleiro Municipal.

Explicou quais os espaços referentes aos 3 troços na obra da Lagoa do Láparo e voltou a informar que a caução desta, visa suprir o incumprimento do promotor relativamente à obra e apenas poderá ser usada para terminar a realização global do projeto. Está a ser estudada uma solução para se avançar.

Para a ligação pedonal Alcochete-S. Francisco, o valor inscrito de €1 000,00 é para se iniciar o estudo que viabilize as necessidades já apontadas.

Entende que a requalificação do espaço que liga o Freeport à igreja matriz embora importante não é prioritária. De facto, existiu uma candidatura aos fundos comunitários (a Câmara teria que dispor sensivelmente dois milhões de euros) porém, a mesma não contemplava algumas expropriações que teriam que ser feitas. A candidatura para requalificação do Polo Ambiental das Hortas e do Pinhal das Areias também teria que ter por parte da Câmara assegurada uma verba de dois milhões de euros. Mais acrescentou, que não existe no Acordo com o Freeport a obrigatoriedade de este requalificar este último espaço.

O espaço do largo da Feira poderá vir a albergar uma bolsa de estacionamento que permita a quem entra na vila de Alcochete deixar a viatura e percorrer a pé o núcleo histórico. A obra terá início em 2018, com o mesmo promotor do empreendimento “Praia do Sal”, adquirente da fábrica do Orvalho que tem projeto imobiliário para este espaço e do qual resultará para o domínio público a construção da referida bolsa de estacionamento.

Referiu também que a Câmara tem intenção de adquirir equipamento que possa dotar o Fórum Cultural de autonomia na sua própria gestão, com programas mais diversificados e abrangentes. No empreendedorismo também há a intenção de criar uma via verde, no sentido da simplificação dos processos de implementação, criando logo que possível condições para dotar os parques industriais de outras condições que permitam a implementação de novas empresas com alguma qualidade, não descurando a hipótese da

vir a ser construído o alargamento do aeroporto para a BA6 que também terá impacto nesta matéria caso venha a ser uma realidade.

De seguida e com autorização do presidente usou da palavra o vereador Vasco Pinto, que referiu:

No âmbito da modernização administrativa estão a ser analisados em conjunto com os técnicos da autarquia, alguns procedimentos internos que visam tornar os processos mais céleres com vista à implementação de novos investimentos. O Balcão Único dará resposta e apoio ao munícipe e as ferramentas digitais terão importância nesta modernização. Em 2018 será apresentada uma solução e ainda trabalharão na sinalética referente aos monumentos.

No âmbito do turismo estão a trabalhar na remodelação do Posto de Turismo, não só no espaço físico, mas o mesmo será dotado de ferramentas para execução de um melhor trabalho de quem lá exerce funções.

Está em apreciação pelo Turismo de Portugal uma candidatura para instalação de cinco pontos *Wi-Fi*, no centro histórico de Alcochete e estão também atentos a outra candidatura que vai ter abertura em meados de fevereiro/março, o programa “*Hi-Fi Four You*”, que visa possibilitar mais pontos nos centros das vilas e cidades. Caso se concretize, a Câmara irá recorrer ao programa para levar pontos para as restantes freguesias.

Na vertente do turismo, está a ser trabalhado um plano de ação com medidas concretas que visam não só ter medidas de valorização do território e identificação de quem são os nossos produtos históricos ligados à natureza, história, cultura e gastronomia.

Já foi promovida uma reunião com todos os coordenadores da área cultural com vista à adoção de horários de acordo com aquilo que é a procura.

Informou também, que está em estudo poder vir a implementar bibliotecas de praia durante a época balnear.

Após esta intervenção, o presidente da Câmara retomou os esclarecimentos informando quanto à solicitação de Ricardo Loureiro, que será implementado rigor nas contas públicas na aquisição de equipamentos, construção de concursos ainda mais que aquele que tem havido para poder maximizar as oportunidades minimizando o impacto financeiro que possa haver. No cumprimento da Lei n.º 114/14, começar a fazer o pagamento por conta da dívida, que trará maior disponibilidade financeira acabando também os rácios por ficarem mais baixos, facilitando por isso, recorrer à Banca para continuar a dar ênfase aos investimentos a desenvolver.

O projeto “*Bicla*” encontra-se na fase de conceção de projeto e a questão do seguro terá muito a ver com o que for adjudicado.

Por último, esclareceu que a diminuição no saldo de tesouraria se deve ao pagamento dos vencimentos dos funcionários e que quando se dirigiu ao vereador José Luís Alfélua não foi mal-educado, provavelmente apenas se empolgou com a discussão.

- Natacha Patinha:

Afirmou que para quem esteve na Assembleia no anterior mandato e continua agora, sente uma situação confusa. Ouve falar muito nos dois últimos meses em casa desarrumada, dívida, má gestão, cenários catastróficos, ou seja, uma linguagem completamente diferente da que era utilizada no anterior mandato e em que a então vereadora do pelouro das finanças falava constantemente que a Câmara vivia uma situação financeira confortável e isto nada tem a ver com o cenário dantesco que nos apresentam agora. Se assim fosse como conseguiam em 2018 fazer obras e projetos já enunciados?

Um cenário dantesco encontrou a CDU, há doze anos, porque apanhou uma dívida que não estava contabilizada, que fez aumentar em muito a dívida da Câmara que se arrastou até à entrada da “troika” em Portugal e é sabido que medidas foram impostas pelo governo PSD-CDS-PP. Contudo, a recuperação da dívida foi lenta mas foi conseguida.

Recordou que quando este executivo entrou em vigor, o saldo de tesouraria era de €4 800 000,00 e em dois meses desceu cerca de €300 000,00 e não sabe a que se deve.

Lembrou que o anterior executivo perante tantas dificuldades aprovou por unanimidade um plano de saneamento cuja necessidade foi por todos reconhecida. Porém como se sabe, não foi contraído nenhum empréstimo por conta deste plano.

O anterior executivo foi bastante criticado pelo PS, CDS-PP e PSD por numa conjuntura desfavorável que o país atravessou, não baixar impostos quando de facto nunca teve hipótese de o fazer. Contudo, agora que a conjuntura é mais favorável, verifica-se apenas uma ligeira descida no IMI. Apesar de ser um sinal positivo teria sido possível ir mais além, porque na verdade, a baixa deste imposto terá algum aproveitamento político, apesar de não duvidar da sua bondade.

Também considerou que a Derrama deveria ser extensível a outras empresas porque seria impulsionador de maior investimento.

Em relação aos Acordos de Execução, reuniu conjuntamente com o tesoureiro em gestão, na reunião com presidente da Câmara. Foi uma reunião pacífica e não houve desacordo e mostrou agrado pelo facto de o presidente dar abertura para eventuais alterações aos contratos de descentralização com reforço de verbas.

- Luiz Batista:

Recordou que a situação financeira é confortável à custa do bolso dos munícipes com os impostos que pagam. Em relação à obra de requalificação da Lagoa do Láparo, alertou para o facto de se poder vir a perder muito dinheiro caso não apareça um promotor que pegue no assunto.

Após esta intervenção, o presidente da Assembleia esclareceu que a dívida herdada do PS foi de €6 400 000,00. O pico em 2012 é que atingiu €12 000 000,00.

O presidente da Câmara esclareceu que nunca apelidou de má gestão a CDU, apesar de ter pontos de vista diferentes. Na sua opinião a Câmara não está numa situação confortável, porque se isso se verificasse as duas obras já anteriormente referidas e que orçam sensivelmente quatro milhões de euros seriam efetuadas.

Colocado à votação, foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor (PS e CDS-PP) e 12 abstenções (CDU e PPD/PSD).

Fizeram declaração de voto:

- Natacha Patinha em nome da CDU. (Anexo à Minuta da Ata como Doc.9)
- Carla Pereira em nome do PS. (Anexo à Minuta da Ata como Doc.10)
- Luiz Batista em nome do PPD/PSD. (Anexo à Minuta da Ata como Doc.11)

A proposta fica anexa à Minuta da Ata como Doc.8.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as intervenções dos seguintes munícipes:

- Sr. João Carraça:

Referiu-se a discursos feitos na Assembleia que são bonitos mas pouco credíveis, porque quando se fala de uma situação histórica, cronologicamente o início terá que ser credível. Há pessoas que falar de um mandato do PS de 2002 a 2005 quando nem sequer sabiam o que era política, descredibiliza a oratória.

Na sua opinião, para repor a verdade, o mandato do PS foi um bom mandato e nunca foi provado que deixasse 6 milhões de dívida e nunca esta chegou a 14 milhões.

- Sr.^a Isabel Ferraz:

É moradora na rua da Pacheca, em S. Francisco e em relação a esta questionou o que vai ser feito nesta via.

- Natacha Patinha reagiu à intervenção de João Carraça, solicitando que não ficasse em ata a sua intervenção de acordo com o regimento. O presidente da Assembleia lembrou que o regimento permitia a intervenção, verificando-se então, que a deputada tinha consultado o regimento aprovado em 2010 e não o que está em vigor.

- Presidente da Câmara:

Informou a munícipe que o objetivo da Câmara não visa unicamente a reparação da via, mas também a requalificação do espaço inerente às águas pluviais.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Neste período, os deputados Álvaro Costa, Luís Batista e os presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal desejaram a todos os presentes um Bom Ano de 2018.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 04:10horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: